

A AMÉRICA AFRO-LATINA DEZ ANOS DEPOIS

ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina, 1800-2000*. Tradução de Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2014. 318p.

George Reid Andrews, pesquisador da história das relações raciais na América Latina, conhecido no Brasil pelo livro, já clássico, *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*, publicou, em 2004, a edição em inglês deste livro. A obra, que agora completa dez anos, foi traduzida e publicada no Brasil em 2007 e acaba de ser reimpressa pela EdUFSCAR.

O livro objetiva apresentar dois séculos de história dos afrodescendentes na América Latina como parte inseparável da história das sociedades nacionais. Assim, destaca importantes momentos da história política do continente, que inclui as guerras de independência, a fundação e a formação das primeiras repúblicas, os regimes populistas e ditatoriais, as transições democráticas, enfocando a atuação específica (e decisiva) da população negra. Também ficamos a par dos processos econômicos, como o chamado boom das exportações da virada do século (1880-1930), a crise e a depressão de 1929 e seus impactos no conti-

nente, os projetos de desenvolvimento pautados na substituição das importações, os incipientes processos de industrialização e a adoção de reformas neoliberais pelos governos latino-americanos. Mas este não é um livro que se possa facilmente definir ou rotular como história política ou história econômica. A reconstituição do ambiente político e econômico é condição necessária para que o leitor compreenda sob que condições os descendentes de africanos se moveram e pautaram suas próprias reivindicações — é um livro que fala, portanto, de sujeitos, protagonismos, experiências.

Temos, então, a reconstituição de dois séculos de história dos afrodescendentes na América de colonização ibérica, cuja experiência foi marcada pela agricultura de exportação e pela escravidão, em uma abordagem de história social lastreada por contextos demográficos, políticos e econômicos. A escrita da história social não é novidade no continente, centenas de pesquisadores latino-americanos (e

especialistas em América Latina) têm desenvolvido, nas últimas décadas, interpretações que privilegiam o protagonismo, as redes de sociabilidades, a resistência, a negociação, a cidadania de negros e mestiços na escravidão e na liberdade.

O interesse do livro de Andrews reside em apresentar uma síntese histórica coerente, em escala quase continental e na longa duração, temas clássicos da história da América Latina à luz desta nova história afro-latino-americana que se limitou, em grande medida, a histórias nacionais, regionais e locais. Assim, as histórias dos negros e mulatos no Brasil, já conhecidas do leitor brasileiro, juntam-se, em perspectiva comparativa, às menos conhecidas histórias dos negros e mulatos em Cuba, México, Equador, Colômbia, Venezuela, Peru, Argentina, Uruguai, República Dominicana. A América Afro-Latina, expressão tomada de empréstimo pelo autor a Anani Dzidzienyo e Pierre-Michel Fontaine, refere-se ao conjunto de nações de colonização portuguesa e espanhola, onde a presença de descendentes de africanos ultrapassou a marca de 5% a 10% — nesta abordagem, fica de fora a América de colonização francesa.

E aqui surge um primeiro problema enfrentado pelo autor: a ausência, para algumas regiões e períodos, de dados raciais. Não por acaso, as experiências de Cuba e Brasil são as mais exploradas no livro. Além de esses países produ-

zirem uma pujante bibliografia sobre escravidão e relações raciais, com a qual Andrews estabelece um profícuo diálogo, foram os países da América Afro-Latina que, como afirma o autor, mais registraram dados raciais nos censos nacionais, à exceção de Porto Rico, que não é nação independente. Há também uma outra questão: México, Peru e Argentina, com o passar do tempo, experimentaram um forte declínio na proporção de negros, para menos de 5%, mas mantiveram sub-regiões com grande presença de afrodescendentes, que foram incluídas na noção de América Afro-Latina, a exemplo dos estados de Guerreiro e Vera Cruz, no México.

O livro é dividido em seis capítulos. O capítulo intitulado “1800” dialoga com uma ampla bibliografia sobre escravidão e apresenta, embora em poucas linhas, debates densos acerca de temas clássicos como alforria e família escrava nas Américas. O objetivo, neste capítulo, é apresentar um conjunto de reações e respostas, táticas e estratégias de sobrevivência dos escravos, vias de mobilidade e inserção social dos negros e mulatos libertos e livres na sociedade colonial. A história das fugas, formação de quilombos, greves, conspirações e rebeliões já é bem conhecida pelo leitor brasileiro, mas Andrews nos ensina um pouco mais sobre essas questões ao analisá-las em perspectiva transnacional.

Percebemos, então, como a greve do Engenho Santana na Bahia,

datada de 1789, assemelha-se à dos escravos de uma fazenda próxima a Mompox, na Colômbia, em 1803: mesmo com exigências e desfechos específicos, emergem dos dois movimentos táticas e temas frequentes nas negociações entre senhores e escravos, como a reivindicação de acesso à terra, maior autonomia, mais tempo de folga. Assim como, situadas em uma escala mais ampla, no espaço e no tempo, é possível perceber maior incidência das sublevações negras no início e no fim do período colonial. Do mesmo modo, o autor analisa as estratégias adotadas por negros e mulatos livres em todo o continente latino, que iam de processos judiciais a petições à Coroa e às autoridades coloniais para burlar ou anular leis raciais que impediam a ascensão social. E é nisso que Andrews insiste: devemos entender a história dos afrodescendentes dentro de contextos mais amplos.

O século XIX é estudado em dois capítulos: um dedicado à análise da participação de negros e mulatos nas guerras de independência, e outro enfocando os diversos processos de abolição da escravidão na região. O protagonismo escravo fica particularmente evidente no capítulo que trata das guerras de independência, que criaram condições favoráveis para a luta antiescravista. Ora ao lado dos rebeldes, ora acusados de monarquistas e defensores dos espanhóis, os escravos, segundo o autor, travaram sua própria luta

por liberdade em meio aos conflitos anticoloniais e, dessa forma, contribuíram para a primeira “grande onda de reforma social e política latino-americana” (p.85). Em toda a América espanhola, as lutas pela independência foram seguidas por medidas de emancipação gradual da escravidão, como abolição do tráfico, leis de ventre livre e, finalmente, abolição formal da escravidão. Por outro lado, na primeira metade do século XIX, a instituição definava em quase toda a região, mas Cuba e Brasil, imunes a insurreições anticoloniais, garantiram longevidade à escravidão. Na segunda metade do XIX, a irrupção das guerras anticoloniais na ilha do Caribe tiveram como resultado o fim da escravidão; no Brasil, o isolamento internacional, a aliança entre abolicionistas negros e brancos, livres e escravos, a “revolta em massa” e a “desobediência civil” levaram ao fim da instituição. Foi, portanto, e este é um argumento-chave para o autor, a união de raças e classes, tanto nas guerras de independência, quanto na luta abolicionista no Brasil, que pôs fim à instituição.

Assim como os escravos, negros e mulatos livres movimentaram-se durante as guerras de independência, explorando a instabilidade política para conquistar a abolição de leis raciais, a igualdade legal e a promulgação de constituições com cidadania integral (pelo menos, no plano formal), tornando-se também artífices das novas repúblicas em

construção. Na conjuntura das lutas acirradas entre liberais e conservadores que marcaram as décadas de 1840-1850, Andrews identifica a participação maciça (não exclusiva) de negros e mulatos livres nas fileiras liberais da América espanhola, assim como nos movimentos anti-centralistas ocorridos no Império do Brasil, onde travaram suas próprias lutas por direitos e cidadania.

Os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX ganham um capítulo especialmente interessante. Este foi o tempo do *boom* das exportações e da circulação de ideias como o chamado racismo científico e o darwinismo social. Foi um tempo difícil para os negros: o fim das guerras civis e o fortalecimento do poder central, aliados à concentração da terra nas mãos de poucos e o expansionismo estadunidense, tanto econômico como militar, deixaram pouco espaço de negociação para a população de cor. Inaugura-se, então, uma fase em que predominam políticas de branqueamento demográfico, cultural e estético, materializado nas reformas urbanas, incentivo à imigração europeia, tentativas de des-africanização dos costumes, repressão a manifestações culturais negras, como as religiões de matriz africana e o carnaval africanizado. Ao mesmo tempo, assistimos ao florescimento de uma “cultura popular vibrante” (p.155), de raízes africanas, representada pelo tango (Argentina), pela rumba (Cuba) e pelo samba (Brasil). Nesse cenário, surgem também ini-

ciativas para a formação de partidos políticos com base racial, como foram as experiências do Partido Independiente de Color (Cuba), a Frente Negra Brasileira (Brasil) e o Partido Autóctono Negro (Uruguai).

Andrews destaca, nesse período, a participação de negros e mulatos nas mobilizações de rua, nas greves, sua presença nos sindicatos, e explica como, apesar das tensões raciais internas aos trabalhadores, foi possível construir na região movimentos operários inter-raciais. A presença maciça de não brancos entre os trabalhadores e as leis e ideias de igualdade racial presentes na região desde a independência, segundo o autor, tornaram politicamente inaceitável qualquer segregação racial formal. Assim, as hierarquias, a exclusão e a segregação foram justificadas em termos de classe e não por critérios raciais.

O fim do *boom* das exportações inaugura um novo momento histórico na região, marcado pela industrialização, novas formas de participação política e construção de novas identidades raciais. Andrews dedica um capítulo à análise do período que vai de 1930 a 2000 e, aqui, uma consideração talvez deva ser feita em relação à periodização: ao contrário de uma densa análise dos anos de 1880-1930 — lidos à luz de temas como pós-emancipação, imigração, influência e imperialismo norte-americanos —, a análise do período seguinte (1930-2000) nos pareceu mais aligeirada e superficial. As-

sim, sentimos falta de uma discussão mais detalhada dos movimentos revolucionários e dos regimes militares na região, do impacto das reformas econômicas neoliberais sobre a população negra e da irrupção dos chamados novos movimentos sociais, que nos ajudariam a entender melhor as alternativas políticas dos negros. Outro problema desse capítulo é a tentativa de enquadrar, sob o signo do populismo, experiências tão díspares quanto o governo de Perón, na Argentina, de Vargas, no Brasil, de Trujillo, na República Dominicana, e a Revolução Cubana. Do mesmo modo, Andrews não convence ao comparar as reformas em Cuba, após o chamado Período Especial, com a onda de reformas neoliberais que assolou o continente.

O argumento central de Andrews, neste capítulo, é que os regimes populistas de base trabalhista produziram, após a independência e a abolição, uma nova onda de reformas que, embora não definidas em termos raciais (e, sim, de classe) beneficiaram a população negra em geral. Além da promulgação de leis trabalhistas, o investimento na educação pública e o ingresso de negros e mulatos no proletariado industrial abriram caminho para a mobilidade social. Não por acaso, em muitos países, fez-se a associação direta entre negritude e movimentos populistas, como na Argentina, onde os partidários de Juan e Evita Perón eram chamados de *cabecitas negras*.

Segundo o autor, esse também

foi um período em que se combinaram, de um lado, a ascensão do populismo no campo político e, do outro, a exaltação da “morenidade”, a ideologia da democracia racial e a reformulação das identidades nacionais, não só em termos raciais, mas também culturais. Desse modo, o samba no Brasil, a rumba e o *son* em Cuba e o merengue na República Dominicana, por exemplo, passam a compor um repertório de símbolos nacionais. Ocorre, então, a valorização de práticas e instituições negras, levando à “nacionalização da negritude” — o que também proporcionou, segundo o autor, enorme benefício às sociedades envolvidas.

Ao mesmo tempo, essa nacionalização de símbolos negros implicou uma “desracialização” simbólica, que só começou a ser questionada pelos movimentos negros surgidos nas décadas de 1970-1980, críticos da ideologia da democracia racial e inspirados na ideia de diáspora, nas lutas de libertação na África, no movimento de direitos civis norte-americanos, e pelo que o autor chamou de “condições políticas internas” (p.219). Como aponta Andrews, esse é um momento de crítica ao populismo, que, a essa altura, já havia se revelado incapaz de promover a integração da maioria da população negra aos setores mais dinâmicos da economia e da política nacionais e de eliminar a discriminação racial (apesar de haver ajudado a promover uma classe média negra). Desse modo, negros e mulatos, sobretudo

do da classe média, ao enfrentar as barreiras à sua ascensão, criticam as limitações dos movimentos sociais que tenham como lastro apenas a classe (o caso do populismo) para eliminar a desigualdade racial, e se lançam à construção de organizações com base racial. Esse foi um fenômeno continental, conforme se aprende neste livro.

Para Andrews, contudo, os movimentos negros mostraram-se incapazes de mobilizar maciçamente os afrodescendentes que buscavam representar, pois os negros pobres e da classe trabalhadora, diferentemente dos ativistas de classe média ou socialmente ascendentes, optaram por participar de organizações multirraciais, como sindicatos, associações de bairro, partidos políticos e, podemos acrescentar, igrejas evangélicas. Além disso, uma parte desses afro-latinos tendia a se identificar como pardos ou brancos, não como negros, e optou por mover-se nas redes de clientelismo, características da cultura política da região, evitando se envolver em movimentos de contestação.

O autor identifica, ao longo dos dois séculos cobertos por este livro, dois caminhos percorridos pela mobilização de negros e mulatos na região: um, diaspórico, inclui práticas e instituições racialmente exclusivas, como as comunidades de escravos fugidos, a participação em milícias negras, sociedades de ajuda mútua, religiões de matriz africana, clubes sociais, jornais e partidos po-

líticos negros; outro caminho seria o da mobilização, racialmente inclusiva, caracterizada pela aliança entre negros, mulatos, índios, caboclos e brancos reunidos em associações e organizações multirraciais, como os exércitos das independências, partidos políticos, sindicatos e movimentos populistas. Para Andrews, foi a participação dos negros e mulatos em coalizões multirraciais que viabilizou reformas sociais e mudanças políticas mais profundas na região. Esse argumento, alinhavado ao longo do livro, torna-se mais evidente no último capítulo, intitulado “Entrando no século XXI: 2000 em diante”, onde o autor diagnostica o esvaziamento e a fragilização dos movimentos negros no contexto das reformas neoliberais e do aprofundamento da democracia na região.

A democracia multipartidária, ao mesmo tempo em que é o ambiente perfeito para a participação dos negros na política, é também o cenário mais favorável para a construção de coalizões multirraciais. Andrews argumenta, com razão, que movimentos fundamentados na classe, e não na raça, como o populismo, o socialismo e outros movimentos reformistas, são mais eficazes na geração de benefícios para a população afrodescendente. Assim, o autor acredita que, no futuro, os afrodescendentes priorizarão a mobilização em movimentos racialmente inclusivos, como partidos e sindicatos. Isso não significa o fim dos movimentos de base racial, mas esses serão uma

“questão predominantemente da classe média” (p.237).

Ao contrário do que Andrews preconizou há dez anos, as condições históricas atuais talvez apontem, em futuro próximo, para o fortalecimento e maior popularização das pautas antirracistas e dos movimentos negros na região. No cenário atual, políticos e artistas negros ganham visibilidade, ações afirmativas são conquistadas, leis de criminalização do racismo são aprovadas e uma parte da população afrodescendente pode ver realizada sua aspiração de ascensão social. Ao mesmo tempo, há um aumento da repressão policial e do encarceramento racializados. No Brasil, por exemplo, o maior país negro das Américas, chacinas e desaparecimento de pessoas pobres e negras têm chamado a atenção dos protagonistas da luta antirracista. O desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, no Rio de Janeiro, e do jovem Geovane Mascarenhas de Santana, que trabalhava fazendo limpeza em ônibus, na Bahia, mortos por policiais, revela a necessidade do fortalecimento de movimentos com base racial nas comunidades populares, como a campanha “Reaja ou será morto, reaja ou será morta”, que consigam

acentuar identidade racial sobre a de classe. Em outra via, os movimentos por moradia, intitulados Movimentos dos Sem Teto, em todo o Brasil, constituídos majoritariamente por negros, sobretudo mulheres negras, têm articulado discursos que dialogam com as questões de gênero, raça e classe nas suas reivindicações. Se os movimentos negros dos anos 1970-1980 foram criados em reposta às barreiras enfrentadas pela classe média negra, a luta contra o extermínio (direto e indireto) da juventude negra pode popularizar, enraizar e dar novo fôlego às organizações com base racial.

Por outro lado, há uma enorme ausência na análise que Andrews faz das experiências históricas de coalizão multirracial no curso da história da América Afro-Latina: a existência de hierarquias e discriminação raciais nos exércitos de independência, nos sindicatos e movimentos de trabalhadores e nos partidos políticos. As alianças inter-raciais, portanto, só serão efetivas no combate ao racismo e na eliminação das barreiras e discriminações raciais se seus protagonistas brancos e negros estiverem, de fato, comprometidos com a igualdade racial. Por isso, a organização de movimentos com base racial continua, e continuará por muito tempo, imprescindível.

Yacy Maia Mata

iacymaia@yahoo.com.br

Universidade Federal da Bahia